

Exmo. Senhor Presidente

da Comissão Parlamentar de Ambiente,
Ordenamento do Território, Descentralização,
Poder Local e Habitação

Deputado Pedro Soares

S. Bento, 10 de fevereiro de 2017

Assunto: Audição, com caráter de urgência, do Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre a decisão do Conselho de Segurança Nuclear espanhol de prolongar a vida de Garoña e precedente que se poderá abrir para as restantes, nomeadamente Almaraz

O Conselho de Segurança Nuclear do Estado Espanhol deu parecer favorável ao prolongamento da vida da central nuclear de Garoña, na província de Burgos (Comunidade Autónoma de Castela e Leão), por mais vinte anos, portanto até à mesma concluir 60 anos. A Central de Garoña está parada desde 2012. Após este parecer, o Ministério da Energia do Estado Espanhol decidirá se autoriza a Nuclenor a voltar a central à rede elétrica.

Esta decisão é preocupante dado mostrar a política do governo espanhol para as suas centrais nucleares, podendo abrir um precedente grave no que respeita à central nuclear de Almaraz.

A central nuclear de Almaraz, no Estado Espanhol, é a central nuclear mais próxima de Portugal. Situa-se a apenas uma centena de quilómetros da fronteira. Os dois reatores nucleares entraram em funcionamento em 1981 e 1983, sendo dos mais envelhecidos do Estado Espanhol, o que levanta preocupações, agravadas pelos sucessivos incidentes registados.

A Assembleia da República aprovou a Resolução n.º 107/2016, de 14 de junho que “recomenda ao Governo que intervenha junto do Governo espanhol no sentido de proceder ao encerramento da central nuclear de Almaraz”.

Como é público, o Governo Português apresentou uma queixa à Comissão Europeia contra o Estado Espanhol por este ter aprovado a construção de um armazém de resíduos radioativos a 100 quilómetros de Portugal sem ter em conta a avaliação dos impactos transfronteiriços.

Deste modo, consideramos essencial a realização da audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros, que propomos seja conjunta com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com carácter de urgência, a audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Deputado do Bloco de Esquerda,

Jorge Costa